

O Brasil que cuida

Ao oferecer dignidade onde a cura não chega, o hospice da Tucça ilumina vulnerabilidades do sistema público e a necessidade de parcerias duráveis entre Estado e sociedade civil

Em uma casa silenciosa de São Paulo, longe da estética fria dos hospitais e do ruído das UTIs, crianças gravemente doentes vivem seus últimos dias cercadas por cuidado, afeto e serenidade. “Aqui se respira paz”, descreveu uma mãe na reportagem do **Estadão** sobre o hospice da Tucça – Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer. O depoimento diz mais sobre o Brasil do que muitos relatórios oficiais.

O hospice não é um lugar de desistência. É, ao contrário, a afirmação de que, quando a medicina já não pode curar, a sociedade ainda pode cuidar. Em países desenvolvidos, essa ideia é parte integrante dos sistemas de saúde. No Brasil, ainda soa como exceção – quase um gesto heroico. Eis o problema.

O País envelhece rapidamente, as doenças crônicas avançam e centenas de milhares de brasileiros morrem todos os anos sem acesso adequado a cuidados paliativos. Estima-se que mais de 600 mil necessitem desse tipo de tratamento anualmente. Ainda assim, o País conta com menos de 300 serviços estruturados, concentrados no eixo Sul-Sudeste. Não se trata apenas de dor física mal controlada, mas de sofrimento psicológico, social e espiritual ignorado por um sistema moldado quase que exclusivamente para a lógica da cura. O resultado é um paradoxo cruel: tecnologia médica de ponta convivendo com mortes indignas, solitárias e desnecessariamente sofridas.

Há sinais de avanço. A recente instituição da Política Nacional de Cuidados Paliativos no SUS é um marco relevan-

te, ainda que tardio, que corrige uma distorção histórica: tratar o fim da possibilidade de cura como o fim da responsabilidade do sistema. Mas o desafio real começa agora. Sem financiamento estável, sem formação ampla de profissionais e sem integração efetiva à atenção básica, a política corre o risco de permanecer no papel. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que apenas 14% das pessoas que necessitam de cuidados paliativos no mundo tenham acesso a esse tipo de tratamento – um diagnóstico que ajuda a explicar a enorme lacuna ainda existente no Brasil.

Nenhum sistema público, especialmente um SUS já pressionado por restrições fiscais e demandas crescentes, conseguirá responder sozinho a esse desafio. É aqui que o exemplo da Tucça ganha dimensão estratégica. Ele demonstra que a filantropia, quando profissional, transparente e bem governada, não é ornamento moral, mas infraestrutura cívica. Ao oferecer cuidado integral – físico, emocional e familiar –, a instituição supre lacunas que o Estado ainda não conseguiu preencher, e o faz com padrões de excelência comparáveis aos melhores centros internacionais.

A experiência da pandemia mostrou que o Brasil é solidário em emergências, mas continua frágil na construção de uma cultura filantrópica contínua, institucionalizada e orientada para o impacto. No ranking global de solidariedade

da Charities Aid Foundation, o País aparece na 86.^a posição. A comparação internacional mostra um país generoso no impulso e tímido na doação estruturada. Estimativas do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social indicam que as doações individuais equivalem a 0,2% do PIB, enquanto nos EUA, por exemplo, chegam a 2%.

Falta transformar compaixão difusa em instituições duráveis. Isso exige menos burocracia e mais segurança jurídica para quem investe no social, incentivos fiscais bem desenhados e, sobretudo, o reconhecimento de que organizações da sociedade civil podem – e devem – ser parceiras de políticas públicas. Em cuidados paliativos, essa parceria não é apenas desejável: é incontornável.

A Tucça aponta um caminho. Mostra que é possível unir excelência técnica, humanidade e profissionalismo mesmo em uma das áreas mais difíceis da medicina. O problema do Brasil não é falta de recursos. A questão é como dar escala a iniciativas como essa. Isso depende de uma retroalimentação virtuosa entre desenho institucional e ambição cívica.

Sociedades se medem não apenas por quanto crescem, mas por como cuidam. Especialmente quando já não há possibilidade de recuperação. Transformar solidariedade em cuidado permanente talvez seja um dos testes mais claros de maturidade moral e política que o País tem diante de si. ●